

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 026/2023

Exmo. Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração e aprovação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei Orçamentária, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Capinzal, para o exercício de 2024, no valor de R\$ 172.717.247,46 (cento e setenta e dois milhões, setecentos e dezessete mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos), em cumprimento ao disposto no artigo 165, III, da Constituição Federal, artigos 96 e 97, da Lei Orgânica, artigo 1º, III, da Lei Complementar Municipal nº 048, de 22 de agosto de 2001, artigo 22 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

A presente proposta orçamentária consolida os objetivos traçados pelo Plano de Governo do Município, dando prioridades para o equilíbrio financeiro, o fortalecimento das políticas de desenvolvimento econômico e social, através de ações que permitam o Município ser um prestador de serviços básicos ao cidadão, bem como, de investimentos que atendam às aspirações da população, em conformidade com os objetivos, metas e prioridades constantes do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, visando o aumento da eficiência do setor público, para garantir o crescimento da economia e o aprimoramento da responsabilidade fiscal.

A presente proposta orçamentária guarda, ainda, restrita compatibilidade com o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025, cujos programas visam promover avanços na qualidade da educação e da saúde públicas; melhorar as condições de moradia e saneamento ambiental; ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis; ampliar a infraestrutura física e capacitar pessoas para que a economia do município potencialize as oportunidades de crescimento, aumentando sua competitividade e acelerando a geração de emprego e renda a população.

O projeto de lei compreende o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta e entidades da administração indireta.

I - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Conforme os Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, instituídos pelos artigos 52 e 54, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a situação econômico-financeira do Município de Capinzal, encontra-se dentro do

estabelecido no anexo fiscal, da lei nº 3.502, de 19 de outubro de 2023, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024.

a) Resultado Primário e Nominal

O Resultado Primário fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vem demonstrando que o município atingirá a meta estabelecida. Como pode ser avaliado no quadro a seguir, o Resultado Primário verificado no segundo quadrimestre do presente exercício, na importância de R\$ 9.581.962,51, está acima da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R\$ (-) 1.960.029,65, apresentando valores positivos. Isto caracteriza uma situação positiva e de equilíbrio nas contas do município.

RESULTADO PRIMÁRIO	Meta
Meta de Resultado Primário fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício.	(-)1.960.029,65
Resultado Primário Verificado no Segundo Quadrimestre.	9.581.962,51

Quanto ao Resultado Nominal, que demonstra o comportamento da dívida fundada, também vem demonstrando o cumprimento estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que fixou o montante negativo de R\$ -1.868.364,00 (um milhão oitocentos e sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro reais). De acordo com o quadro a seguir, o Resultado Nominal verificado ao término do segundo quadrimestre do presente exercício, na importância de R\$ (-) 7.673.090,17, está abaixo da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R\$ (-) 1.868.364,00. A Dívida Fiscal Líquida apurada no término do mesmo período apresenta valores negativos. Isto caracteriza uma situação bastante favorável, pois significa que a Dívida Consolidada está abaixo do valor das Disponibilidades Financeiras.

RESULTADO NOMINAL	Meta
Meta de Resultado Nominal fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício.	(-) 1.868.364,00
Resultado Nominal Verificado no Segundo Quadrimestre.	(-) 7.673.090,17
Dívida Fiscal Líquida no início do exercício	(-)24.772.304,48
Dívida Fiscal Líquida apurada no segundo Quadrimestre	(-)17.745.431,60

b) Restos a Pagar

UNIDADES GESTORAS

Prefeitura e Fundos Municipais

Consta em Restos a Pagar um valor de R\$ 5.239.184,78 (cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos), na unidade gestora Prefeitura Municipal, não havendo restos a pagar nas demais unidades da administração direta, e estão distribuídos no exercício de 2021 e 2022, na seguinte forma:

EMPENHO	DATA	FORNECEDOR	FONTE DE RECURSOS	VALOR
0013/2022	03/01/2022	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	1.500.0000.0000.00	1.004,79
7531/2022	26/12/2022	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	1.500.0000.0000.00	68,24
7570/2022	27/12/2022	ML DEDETIZACAO LTDA	1.500.0000.0000.00	70.843,64
7666/2022	30/12/2022	SETEP CONSTRUCOES S.A	1.500.0000.0000.00	82.810,89
7667/2022	30/12/2022	VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.	1.500.0000.0000.00	292.496,34
5000/2021	01/10/2021	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA	1.500.0000.0000.00	4.864,00
2611/2022	27/05/2022	DELAZERI ATACADISTA EIRELI	1.500.1001.0001.00	82,35
3134/2022	20/06/2022	CONSTRUCOES HERVAL LTDA	1.500.1001.0001.00	54.592,84
7299/2022	14/12/2022	GARBIN & BERGAMO LTDA	1.500.1001.0001.00	460,00
3369/2022	29/06/2022	VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.	1.701.0000.0164.00	4.000.000,00
3370/2022	29/06/2022	VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.	1.701.0000.0164.00	17.422,33
3371/2022	29/06/2022	VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.	1.701.0000.0164.00	250.000,00
4486/2022	15/08/2022	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA	1.701.0000.0164.00	250.000,00
7049/2022	07/12/2022	ML DEDETIZACAO LTDA	1.704.0000.0039.00	42.766,62
7664/2022	30/12/2022	VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.	1.704.0000.0039.00	100.000,00
7571/2022	27/12/2022	ML DEDETIZACAO LTDA	2.500.0000.0300.00	50.000,00
7665/2022	30/12/2022	VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.	2.500.0000.0300.00	21.772,74
Total				5.239.184,78

O valor de R\$ 1.004,79, com o fornecedor secretaria de estado da administração/fundo de materiais, publicações e impressos oficiais inscrito no CNPJ nº 14.284.430/0001-97, refere-se a publicação no diário oficial do estado (doe) dos atos da prefeitura municipal de capinzal.

O valor de R\$ 68,24, com o fornecedor Prime Assessoria e Consultoria, refere-se a saldo do empenho estimativo nº 7531/2022, relativo a aquisição de combustíveis, aditivos, lubrificantes, filtros de óleo e outros derivados, através de cartão magnético, para uso nos veículos automotores e equipamentos de uso do município de capinzal, conforme convênio 02/2019 entre o município de capinzal e a cidasc, licitação compartilhada realizada pelo consórcio interfederativo Santa Catarina-Cincatarina, cnpj nº 12.075.748/0001-32, processo administrativo licitatório nº 10945/2020-e, pregão, na forma eletrônica nº 0044/2021, ata de registro de preço consolidada at11458/2021.

O valor de R\$ 70.843,64, com o fornecedor ML Dedetização Ltda, refere-se a valor parcial referente contratação de empresa especializada para a construção de muro de contenção em concreto armado próximo ao ginásio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme projetos, cronograma, memorial descritivo, planilha de custos e demais documentos.

O valor de R\$ 70.843,64, com o fornecedor SETEP Construção S/A, refere-se a execução da pavimentação na estrada municipal capinzal ao distrito de alto alegre, com fornecimento de material e mão de obra, CNO nº 90.004,95079/71, conforme termos aditivos nº 003/2021 de 16/11/2021; nº 004/2021 de 17/11/2021; nº 006/2021 de 25/01/2022; nº 008 de 05/07/2022 e nº 009 de 14/07/2022.

O valor de R\$ 292.496,34, com o fornecedor Viga Pavimentação e Obras Ltda. é relativo contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica na estrada geral do distrito de alto alegre até a comunidade de Lindemberg, no interior do município de capinzal, CNO nº 90.010.18020/74, conforme termos aditivos nº 001 de 15/06/2022, nº 003 de 14/07/2022 reequilíbrio financeiro, termo aditivo nº 004 de 08/11/2022.

O valor de R\$ 4.864,00, com o fornecedor Consórcio Interfederativo CINCATARINA é relativo prestação de serviço de elaboração do plano municipal de contingência e proteção e defesa civil de capinzal, sendo utilizado como base o "manual de orientações para a produção do plano municipal de contingência-plamcom", da secretaria nacional de defesa civil.

O valor de R\$ 82,35, com o fornecedor Delazari Atacadista Eireli, é relativo a saldo pela aquisição de açúcar cristal, café solúvel, carne bovina patinho, chá, creme vegetal, doce de frutas, farinha de milho, farinha de trigo, fermento químico em pó, polpa de fruta, sal refinado, gêneros alimentícios destinados ao atendimento de crianças e adolescentes no projeto educacional de reforço escolar denominado programa integração AABB - Associação Atlética Banco do Brasil, parceria do Banco do Brasil e a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

O VALOR de R\$ 54.592,84 com o fornecedor Construções Herval Ltda é referente contratação de empresa para execução da obra de conclusão do ginásio esportivo da escola municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, no loteamento João Evangelista Parizotto, com fornecimento de materiais e mão de obra, recurso contrapartida do município.

O valor de R\$ 460,00, com o fornecedor Garbin & Bergamo Ltda, refere-se prestação de serviço de recapagem de pneus dos ônibus MKD 0164, MKD 0174 e MKL 8623, de uso do transporte escolar municipal.

O VALOR de R\$ 4.000.000,00, com o fornecedor Viga Pavimentação e Obras Ltda. é relativo a contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de pavimentação asfáltica, com fornecimento de material e mão de obra, com extensão de 3.900 m, do trevo da SC 150 até a comunidade de barro preto, conforme memorial descritivo, orçamento, projetos e cronograma, com recursos de transferência especial do Estado, SCC 20326/2021, C/C 56.428-1 Banco do Brasil.

O valor de R\$ 17.422,33, com o fornecedor Viga Pavimentação e Obras Ltda é referente a contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de pavimentação de trecho da rua Ernesto Hachmann, extensão de 660 m, com fornecimento de

material e mão de obra, recurso repasse transferência especial do Estado, SCC 22269/2021 - etapa I, c/c 55.114-7 Banco Do Brasil.

O valor de R\$ 250.000,00, com o fornecedor Viga Pavimentação e Obras Ltda é referente a contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de pavimentação de trecho da rua Ernesto Hachmann, extensão de 660 no município de capinzal/sc, com fornecimento de material e mão de obra, recurso repasse transferência especial do Estado SCC 17178/2021 – etapa II, c/c 55.660-2 Banco Do Brasil.

O valor de R\$ 250.000,00. Com o fornecedor Consórcio Interfederativo CINCATARINA é relativo aos serviços de manutenção da pavimentação asfáltica nas ruas Atílio Brusa e rua Luiz Dutra na área central e trecho da rua Santo Domenico Calza no bairro São Cristóvão conforme proposta nº 217/2022 do CINCATARINA, em conformidade com o termo de uso nº TU62/02, com recursos de transferência especial do Estado de Santa Catarina, portaria nº321/2021 processo SCC 19582/2021, portaria nº 535/SIE, publicada em 28 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 500.000,00.

O valor de R\$ 42.766,02, com o fornecedor ML Dedetização Ltda, CNPJ nº 09.308.661/0001-53, que contendo em seu CNPJ o CNAE- Classificação Nacional das Atividades Econômicas nº 41.20-4-00 - Construção de Edifícios, conforme consta no processo licitatório nº 153/2022, é relativo a contratação de empresa para construção de muros de contenção no acesso da avenida Dona Márcia Margarida Santos, trecho da BRF até a UNOESC, para após execução de pavimentação asfáltica, com recursos do Programa Avançar Cidades.

O valor de R\$ 100.000,00, com o fornecedor Viga Pavimentação e Obras Ltda, é relativo contratação de empresa para execução da obra de pavimentação de trecho da rua Ernesto Hachmann, extensão de 660 m, conforme CNO nº 90.010.93948/74.

O valor de R\$ 50.000,00, com o fornecedor ML Dedetização Ltda, CNPJ nº 09.308.661/0001-53, que contem em seu CNPJ o CNAE- Classificação Nacional das Atividades Econômicas nº 41.20-4-00 - Construção de Edifícios, refere-se a contratação de empresa para a construção de muro de contenção em concreto armado próximo ao ginásio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos-conviva, conforme projetos.

O valor de R\$ 21.772,74, com o fornecedor Viga Pavimentação e Obras Ltda, é relativo a contratação de empresa para execução da obra de pavimentação asfáltica, com extensão de 3.900 m, do trevo da SC 150 até a comunidade de Barro Preto, conforme, projetos, CNO nº 90.011.13952-79, parte da contrapartida do município ao repasse Estadual.

c) Dívida Fundada Interna

A Dívida Fundada Interna, em data de 30 de setembro de 2023, corresponde ao valor de R\$ 10.489.142,82. Já a “Dívida Consolidada Líquida”, na mesma data, corresponde ao valor de

R\$ (-) 20.292.193,02, demonstrando que as disponibilidades financeiras são superiores ao valor da dívida, ou seja, o município tem uma dívida fundada interna consolidada no valor de R\$ 10.489.142,82 e tem de disponibilidade (já deduzidos os Restos a Pagar processados + Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados) de R\$ 30.780.829,61. A Dívida Consolidada no valor de R\$ 10.489.142,82, corresponde a 7,992815% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Município no valor de R\$ 131.232.162,21, sendo que conforme Resolução do Senado Federal, esta poderá atingir até 120% da RCL, demonstrando assim o baixo nível de endividamento do Município.

Ainda quanto a Dívida Fundada Interna, a previsão de pagamento para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2023 é de R\$ 312.567,45 (trezentos e doze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), sendo que deste valor R\$ 88.508,85 (oitenta e oito mil, quinhentos e oito reais e oitenta e cinco centavos) são referentes à amortização do principal da dívida e R\$ 224.058,60 (duzentos e vinte e quatro mil, cinquenta e oito reais e sessenta centavos) são relativos ao pagamento de juros e encargos.

Comparativo das Disponibilidades X Restos a Pagar + Dívida Fundada Interna a pagar no Exercício em 30/09/2022.

I – DISPONIBILIDADES	
(+) Disponibilidade de Caixa	30.780.829,61
(+) Demais Haveres Financeiros	506,23
(+) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	725.505,11
(=) Disponibilidade de Caixa Bruta	31.506.840,95
II – DEDUÇÕES	
(-) Restos a Pagar Processados	0,00
(-) Amortização da Dívida até 31/12/2023	312.567,45
(-) Demais Obrigações Financeiras	8.209.788,72
(=) Total das Deduções	8.522.356,17
(I) – (II)	22.258.473,44

d) Despesas com pessoal

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo encontra-se dentro do limite legal de 54% da Receita Corrente Líquida (RCL), atingindo 47,32%, até o último período de apuração, referente a outubro de 2022 a setembro de 2023.

Demonstrativo do Limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Componente	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	131.232.162,21	100,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	130.346.473,03	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	70.387.095,44	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	62.188.011,38	47,71
Pessoal Ativo	58.733.491,42	45,06
Pessoal Inativo e Pensionista	1.277.203,24	0,98
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.177.316,72	1,67
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	506.066,19	0,39
Indenizações por Demissão e Incentivo por Demissão Voluntária	506.066,19	0,39
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	61.681,945,19	47,32
Valor Acima/Abaixo do Limite (54%)	(-).8.705.150,25	-6,68
Limite Prudencial - DTP sobre a RCL	66.867.740,67	51,30
Limite de Alerta - DTP sobre a RCL	63.348.385,90	48,60

e) Aplicação de Recursos de Impostos (art. 212 CF)

As despesas com a educação no tocante às disposições da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da legislação pertinente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), atingiram os limites demonstrados nos quadros a seguir.

Demonstrativo da Aplicação de 25% da Receita de Impostos e Transferências de Impostos no Ensino (art. 212 CF), período 01 de janeiro a 30 de setembro de 2023.

Componente	Valor (R\$)
1 – DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	
Educação Infantil	8.731.044,68
Educação Infantil (12.365)	8.731.044,68
Ensino Fundamental	15.121.788,75
Ensino Fundamental (12.361)	15.121.788,75

Educação de Jovens e Adultos (12.366)	82.668,41
Educação Especial (12.367)	375.650,00
Administração ligada ao Ensino	2.063.325,84
Administração ligada ao Ensino (12.122, 12.123 e 12.128)	2.063.325,84
Total das Despesas com ações típicas de MDE	26.374.477,68
2 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	8.946.905,79
Despesas realizadas com recursos vinculados destinados a Educação Infantil	495.406,27
Despesas realizadas com recursos vinculados destinados ao Ensino Fundamental	1.551.726,76
Resultado líquido das transferências do FUNDEB	6.899.772,76
Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional	8.946.905,79
TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (1 - 2)	17.427.571,89
TOTAL DAS RECEITAS COM IMPOSTOS	67.600.880,70
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO (25% DAS RECEITAS COM IMPOSTOS)	16.900.220,18
VALOR ACIMA/ABAIXO DO LIMITE (25%)	527.351,72
PERCENTUAL APLICADO	25,78

Demonstrativo da Aplicação mínima de 70% dos recursos do FUNDEB (art. 22 da Lei 11.494/2007), com os profissionais do magistério, período 01 de janeiro a 30 de setembro de 2023.

Componente	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB	17.362.460,66
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	180.097,17
(=) Total dos Recursos do FUNDEB p/ efeito de cálculo	17.542.557,83
70% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	12.279.790,48
Total gastos com Profissionais Magistério em efetivo exercício pagos com recursos FUNDEB	15.348.780,89
Valor acima/abaixo do percentual de 70% do FUNDEB c/ Profissionais do Magistério	3.068.990,41
Percentual dos recursos do FUNDEB aplicados c/ profissionais do magistério	87,49

f) Aplicação de Recursos de Impostos em Ações e Serviços de Saúde.

As despesas com ações e serviços públicos de saúde, no período janeiro a setembro do corrente exercício atendem às disposições do art. 198 da Constituição Federal e art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da legislação que regula o Sistema Único de Saúde

– SUS e ao disposto na Programação Anual de Saúde – PAS, de acordo com o imposto pela Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, bem como o art. 38 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo da Aplicação de 15% da Receita de Impostos e de Transferências de Impostos com Ações e Serviços de Saúde Pública, período 01 de janeiro a 30 de setembro 2023.

Componente	Valor (R\$)
I - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE:	Valor
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	21.839.588,90
Atenção Básica (10.301)	19.013.935,33
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico (10.303)	2.638.776,25
Vigilância Sanitária (10.304)	20.653,19
Vigilância Epidemiológica (10.305)	72.624,13
Alimentação e Nutrição (10.306)	93.600,00
II - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	
Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional	-3.008.457,63
Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios, Repasses do SUS da União e do Estado, destinados às Ações e Serviços de Saúde	-3.008.457,63
TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CÁLCULO (I - II)	18.831.131,27
TOTAL DAS RECEITAS COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	66.293.127,07
Valor mínimo a ser aplicado (15% das Receitas com Impostos)	9.943.969,06
Valor acima/abaixo do percentual de 15% das Receitas com Impostos	8.887.162,21
Percentual aplicado	28,41%
Percentual Mínimo a ser Aplicado	15,00%
Percentual aplicado Acima/Abaixo	13,41%

II – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Embasado em dados sócio-econômicos e financeiros, o Projeto de Lei Orçamentária, em anexo, encontra-se estruturado de forma a refletir as prioridades, demandas e necessidades do Município, de modo a possibilitar, a essa Casa e a sociedade, como um todo, obter uma visão integrada deste importante instrumento, permitindo ainda, maior transparência dos objetivos, programas e ações priorizados, os quais serão desenvolvidos e executados no exercício financeiro de 2024.

As Prioridades e Metas de cada Programa Governamental, consignados à proposta orçamentária que ora apresento à Vossas Excelências, encontram-se em observância, coerência e compatibilidade com a Lei nº 3.502, de 19 de outubro de 2023, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, com o Plano Plurianual relativo ao período de 2022 a 2025, com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e com as demais normas legais que disciplinam a matéria, em especial a Lei Complementar 101/2000 e são voltadas ao cumprimento das diretrizes estratégicas e macro-objetivos, no contexto dos instrumentos de política governamental, visando contribuir para a sustentação e aprofundamento dos resultados obtidos nos anos recentes, em especial para:

- o desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;

- a promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;

- a ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem à redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;

- o desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas localidades urbanas críticas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação, transporte coletivo e outros;

- a modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico;

- o desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;

- o desenvolvimento de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;

- o desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;

- a austeridade na utilização dos recursos públicos e consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão.

A atuação seletiva do Governo na execução de seus programas e ações, focalizando o gasto público, naqueles de maior efetividade para o desenvolvimento sustentável do município e da região em que este se insere, maximizando os seus impactos diretos na qualidade de vida do cidadão, na expansão do emprego e da renda, no desenvolvimento regional, na preservação do meio ambiente, na disseminação da informação e do conhecimento e na possibilidade de realização de parcerias com a União e com o Estado.

Os Órgãos, as Unidades Orçamentárias, os Projetos/Atividades, as Operações Especiais, as discriminações da Receita e da Despesa, as Funções, Sub-Funções e os Programas de Governo são parte integrante do projeto em pauta e estão especificados na forma dos anexos da Lei Federal nº 4.320/64 e as Portarias SOF/SEPLAN Nº 08/85, Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, Portaria Nº 42, de 14 de abril de 1999 e suas alterações, compatibilizados com o que determina o artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Para determinação do volume de recursos que cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal irá dispor, levamos em consideração a evolução da receita nos últimos três exercícios, o comportamento da arrecadação no exercício de 2023, a alteração da legislação tributária, as perspectivas de crescimento da economia e os índices de inflação vigentes, bem como os esforços despendidos na busca de recursos oriundos de convênios e de operações de créditos. As despesas foram fixadas levando-se em consideração a evolução dos custos de manutenção de cada um dos órgãos e setores da Administração, a expansão dos serviços, os compromissos financeiros com amortização e encargos da dívida e as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes orçamentárias.

Atenção especial será dada ao equilíbrio das contas públicas e à alocação eficiente dos recursos, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Manutenção de um rigoroso controle sobre os gastos públicos, dando destaque à modernização da gestão pública e à articulação e coordenação das ações que dêem impacto na redução de despesas, no incremento de receitas, na potencialização dos recursos para a realização de ações sociais e outras obras, bem como o cumprimento das metas previstas, para o exercício em referência.

A presente proposta traduz os compromissos assumidos com a comunidade, com vistas a implementar, implantar e ampliar ações que conduzam ao desenvolvimento econômico e social, objetivando alcançar avanços significativos voltados para a equidade, com a melhoria dos indicadores da qualidade de vida da população do nosso Município.

Amparado nas prioridades, metas e estratégias definidas na LDO para 2024, foi possível o aprimoramento da peça orçamentária para compatibilizar a efficientização da receita prevista para o ano que vem, com vistas a assegurar a maximização da aplicação dos recursos de forma qualificada, para fazer face aos gastos fundamentais para a melhoria do atendimento à população.

No processo de elaboração deste projeto de lei, foi submetido à oitiva da população, através de Audiência Pública realizada de 29 de setembro do corrente ano, onde os capinzalenses puderam sugerir o aprimoramento da proposta, ora encaminhada a esta Casa Legislativa.

Por fim, Senhor, Presidente, Senhora e Senhores Vereadores, cumpre-me a informar que todos os dispositivos constitucionais e legais pertinentes à matéria orçamentária foram cumpridos na presente proposta orçamentária, merecendo destaque os que determinam os percentuais mínimos a serem aplicados nas áreas da educação e saúde.

Compreendo serem os esclarecimentos indispensáveis e necessários ao projeto em questão, contudo, coloco-me a inteira disposição para novas considerações, caso Vossas Excelências julguem imperativo.

Capinzal, SC, 26 de outubro de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal